



BANCÁRIOS VÃO À GREVE!

Os sindicatos dos bancários filiados à Federação dos Bancários da CUT de São Paulo (FETEC-CUT/SP) realizaram assembleias na quinta e sexta-feira (1º e 2/9), rejeitaram a proposta apresentada pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e decidiram deflagrar greve por tempo indeterminado a partir do dia 6 de setembro.

A proposta da Fenaban, de reajuste de 6,5%, representa uma perda real de 2,8% nos salários (considerando a inflação projetada em 9,57%). Nos vales alimentação e refeição, a proposta da Fenaban impõe

uma perda aos trabalhadores de R\$ 436,39.

“Não tínhamos como aceitar essa proposta. Os bancos empurraram os bancários para a greve, que mostraram estar unidos em torno das reivindicações da categoria. Eles sabem que só a luta nos garante”, disse a presidenta da FETEC-CUT/SP, Aline Molina.

ABONO É ENGANAÇÃO

Os bancos ofereceram um abono de R\$ 3 mil e tentaram enganar a categoria somando o valor à proposta de reajuste

de 6,5%, alegando que isso garantiria aumento real. “Isso é uma tentativa de enganar os bancários. Mas, todos nós sabemos que o abono não se incorpora ao salário e nem aos demais benefícios que levam em conta o índice de reajuste. Além disso, eles não nos ofereceram mais nada. A categoria mostrou que não aceita perdas e vai à greve para garantir seus interesses”, afirmou a presidenta da FETEC-CUT/SP.

O Comando Nacional diz que a Fenaban tem condições de atender as reivindicações da categoria. Caso contrário a greve será mantida.

BANCOS QUEREM IMPOR PERDAS AOS TRABALHADORES

Os bancos poderiam contribuir para que o Brasil saísse mais facilmente da crise, mas cobram tarifas altas pelos serviços bancários e altas taxas de juros de seus clientes. Com isso, impedem o investimento no setor produtivo e a geração de empregos. Os bancos também contribuem para o aumento do desemprego com sua política de demissões.

Além disso, é do interesse deles que exista agilidade do governo golpista na aprovação de reformas que prejudicam a classe trabalhadora e toda a população que necessita dos serviços públicos de saúde e educação, como por exemplo a PEC 241, que limita os gastos do governo com saúde e educação, em nome da manutenção da política de superávit primário, que é a redução de investimentos do governo em políticas sociais para que haja dinheiro para pagar os juros das dívidas com os bancos. Ou seja, querem garantir o dinheiro no bolso. Deles, é claro.

Para os bancos é favorável que seja rapidamente aprovada a PEC 241, que limita os gastos do governo com saúde e educação, em nome da manutenção da política de superávit primários, que é a redução de investimentos do governo em políticas sociais para que haja dinheiro para pagar os juros das dívidas com os bancos. Ou seja, querem garantir o dinheiro no bolso. Deles, é claro.

A agilidade na aprovação do projeto de terceirização irrestrita, que está em circulação no Senado, é outro tema que agrada aos banqueiros. O setor financeiro, que hoje emprega 512 mil bancários, conta com cerca de 400 mil terceirizados prestando serviços antes feitos por trabalhadores da categoria. Os terceirizados têm salários menores, direitos rebaixados, jornadas extensas e péssimas condições de trabalho. Tudo isso para que os bancos tenham lucros ainda maiores do que já têm.

Outra questão que agrada aos bancos é a reforma da Previdência. O governo golpista já anunciou que fará a reforma, que prejudica imensamente toda a classe trabalhadora.

Também estão na pauta outros ataques aos nossos direitos previstos na CLT, como a jornada de trabalho de 44 horas semanais –que as centrais sindicais querem reduzir para 40 horas, sem redução de salário–; as férias e o 13º salário.

PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES

O QUE QUEREMOS

Reajuste salarial de 14,57% (reposição da inflação projetada em 9,57%, mais 5% de aumento real).

PLR: 3 salários mais R\$8.317,90.

Piso: R\$3.940,24 (equivalente ao salário mínimo do Dieese em valores de junho último).

Vale alimentação no valor de R\$880,00 ao mês (valor do salário mínimo).

Vale refeição no valor de R\$ 40,00 por dia (22 dias), R\$880,00 ao mês.

13ª cesta e auxílio-creche

Auxílio creche/babá no valor de R\$880,00 ao mês.

Renovação e atualização do valor do Vale-Cultura

Melhores condições de trabalho com o fim das metas abusivas e do assédio moral que adoecem os bancários.

Emprego: fim das demissões, mais contratações, fim da rotatividade e combate às terceirizações diante dos riscos de aprovação do PLC 30/15 no Senado Federal, além da ratificação da Convenção 158 da OIT, que coíbe dispensas imotivadas.

O QUE NOS OFERECEM

Reajuste de 6,5% (representa perda de 2,8% para os bancários em relação à inflação de 9,57%).

Abono de R\$ 3.000,00 (parcela única, não incorporado aos salários).

PLR regra básica - 90% do salário mais R\$ 2.153,21, limitado a R\$ 11.550,90. Se o total ficar abaixo de 5% do lucro líquido, salta para 2,2 salários, com teto de R\$ 25.411,97.

PLR parcela adicional - 2,2% do lucro líquido dividido linearmente para todos, limitado a R\$ 4.306,41.

Antecipação da PLR - Primeira parcela depositada até dez dias após assinatura da Convenção Coletiva. Pagamento final até 02/03/2017. Regra básica - 54% do salário mais fixo de R\$ 1.291,92, limitado a R\$ 6.930,54 e ao teto de 12,8% do lucro líquido - o que ocorrer primeiro. Parcela adicional equivalente a 2,2% do lucro líquido do primeiro semestre de 2016, limitado a R\$ 2.153,21.

Piso portaria após 90 dias - R\$ 1.467,17.

Piso escritório após 90 dias - R\$ 2.104,55.

Piso caixa/tesouraria após 90 dias - R\$ 2.842,96 (salário mais gratificação, mais outras verbas de caixa).

Auxílio-cesta alimentação de R\$ 523,48.

Auxílio-refeição - R\$ 31,57/dia.

13ª cesta de R\$ 523,48.

Auxílio-creche/babá (filhos até 71 meses) - R\$ 420,36.

Auxílio-creche/babá (filhos até 83 meses) - R\$ 359,61.

Vale-Cultura R\$ 50 (mantido até 31/12/2016, quando expira o benefício).

Dizem não haver metas abusivas.

Não concordam com o fim das demissões.